



## “FAMÍLIAS AO LONGO DO TEMPO: ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO DE RIQUEZAS ENTRE LIBERTOS EM CAMPINAS NO SÉCULO XIX”<sup>1</sup>

Laura Candian Fraccaro<sup>2</sup>

O objetivo dessa comunicação é compreender quais foram as estratégias das diferentes gerações de libertos e livres ao longo do século XIX para construir ou manter seus espólio na vila de São Carlos, atual Campinas. Durante esse período, a Vila de São Carlos passou a ser uma importante produtora de açúcar e café. Tornou-se uma importante produtora desses gêneros e contava com uma impressionante quantidade de escravos. Em 1872, os cativos chegavam à quantidade de 14 mil, 44% da população total. A estrutura municipal também acompanhou a mudança econômica. Houve um intenso aumento de impostos e novas exigências foram criadas para viver na cidade.

Lapa apresenta como a cidade de Campinas mudou durante esse período, com a intensa urbanização e aprovação das Posturas Municipais.<sup>3</sup> Estas últimas se constituem em artigos aprovados pela Câmara de Vereadores sobre diversos assuntos e passaram a regular a vivência na cidade. Com abrangentes finalidades, regulavam desde a construção das casas, como deveriam ser feitas, os caminhos públicos, o comércio, os ofícios, as aferições de balança, a manutenção das casas e calçadas e estabeleciam multas aos que as desrespeitassem.

Além das mudanças municipais, do aumento da concentração da posse de escravos e de terras na cidade Campinas, houve mudanças nacionais que alterariam profundamente as possibilidades de se mover econômica ou socialmente. O aumento do preço dos escravos foi um fator fundamental no aumento da desigualdade social e interferiu diretamente na busca por ascensão. A crescente concentração de renda tornou ainda mais escassa as possibilidades de uma vida mais confortável para os setores mais pobres da sociedade.

Zephyr Frank analisou em seu livro, *Dutra's World*, como as mudanças no preço dos cativos e também o crescimento da cidade do Rio de Janeiro alteraram diretamente a mobilidade social da

<sup>1</sup> Texto integrante da dissertação de Mestrado, defendida em 2012.

<sup>2</sup> Doutoranda em História Social da Cultura, Universidade Estadual de Campinas.

<sup>3</sup> LAPA, Amaral. Os Cantos e os antros: Campinas: 1850-1900. São Paulo: Editora da Usp; Campinas Editora da UNICAMP, 2008, p.124.



família de um liberto chamado Dutra.<sup>4</sup> Este último conseguiu acumular, até o fim de sua vida, imóveis e escravos. O autor explica que esse acúmulo foi possível para um liberto, pois o momento em que comprou seus escravos era anterior aos intensos ciclos de inflação que surgiram após a proibição do tráfico em 1831. Aqueles que compararam os escravos na década de 1820, encontraram preços mais baixos, que permitiram setores médios e baixos adquirirem seus primeiros escravos. Com os ciclos de inflação, esse espólio se valorizou, tornando suas fortunas mais valiosas, mas, por outro lado, impediu que outras pessoas comprassem seus cativos ou imóveis. Para aqueles que já tinham adquirido seus escravos, os ciclos de inflação contribuíram para valorizar os cativos, enquanto aumentou a desigualdade social a partir da segunda metade do século XIX.<sup>5</sup>

Os filhos de Dutra não conseguiram manter os bens do seu pai, pois o capital necessário para adentrar o setor médio da população na década de 1820 – momento que Dutra iniciou sua acumulação – era menor do que na década de 1840. Seus filhos não encontraram as mesmas condições para acumular que Dutra tinha se deparado décadas antes. Frank ainda afirma que à medida que a cidade do Rio de Janeiro se modernizava e enriquecia, a distância entre setores baixos e altos aumentava ainda mais. Para o autor, com o fim da escravidão se aproximando, os setores médios que tinham investido em escravos viram seus bens perderem valores, enquanto os setores mais altos não sofreram tanto com essa perda, uma vez que investiam em outros bens que não os cativos.<sup>6</sup>

Maria Luiza Ferreira de Oliveira chega a uma conclusão similar à de Frank, porém utilizando outra metodologia. Analisou os inventários do Arquivo do Poder Judiciário para a cidade de São Paulo em dois períodos distintos: 1874-1882 e 1894-1900. A autora também percebeu que, no primeiro período, os escravos constituíam a maior parte dos bens inventariados enquanto para o segundo período, são os bens de raiz que assumem a maior parcela de valor.<sup>7</sup> A mudança no padrão de acumulação se deu anteriormente à abolição, quando os grupos mais ricos passaram também a investir em bens de raiz.

Ainda com a presença marcante dos escravos na totalidade dos inventários do primeiro período, esse tipo de bem não era comum nos registros de grupos mais pobres. De 81 inventários

---

<sup>4</sup>FRANK, Zephyr. Dutra's World: Wealth and Family in Nineteenth-Century Rio de Janeiro. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004, p.10

<sup>5</sup> Idem, p.59

<sup>6</sup> Idem, p.91.

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização, São Paulo 1850-1900. Ed. Alameda, 2005, p.80.



analisados para os grupos de menor acumulação, apenas oito possuíam escravos. Essa ausência pode evidenciar que o argumento de Frank esteja correto e que sua abrangência seja maior do que a cidade do Rio de Janeiro. Depois de 1830, aqueles que não tivessem comprado seus cativos, encontrariam dificuldades maiores para a aquisição.

Oliveira aponta ainda que os grupos mais ricos concentraram mais renda nesse período de 25 anos, enquanto a participação dos grupos mais pobres no número de inventários diminuiu. O valor acumulado por esse último grupo também diminuiu entre esses dois períodos.<sup>8</sup> Ao analisar trajetória de ex-escravos, a autora conclui que em sua maioria, foram marcadas por exclusão social. Apesar de terem conseguido comprar pequenos bens de raiz, estes se perdiam em dívidas ou acabavam sendo vendidos.<sup>9</sup>

O objetivo desse artigo é verificar se esse padrão, descrito por Oliveira e Frank, de acúmulo e queda do nível social entre as gerações também ocorreu na cidade de Campinas. Privilegiei, na pesquisa, os pardos listados com até um escravo para poder, desta maneira, analisar as possibilidades de ascensão econômica e social daqueles que, praticamente, saíram do zero. A partir dessa restrição, foi escolhida uma amostragem de três famílias e suas respectivas gerações para serem analisadas as estratégias e as possibilidades de mobilidade econômica. Ao lado dessas três famílias, comparo a trajetória de Ana Brito com a de sua irmã Apolinária, considerando a proximidade que, cada uma delas, estabeleceu com seus descendentes e outros parentes.

Outros pardos que já chegaram a Campinas nas primeiras décadas com escravos foram ignorados na análise, pois o capital acumulado até a vinda para a cidade contribuiria muito para acumulação e para o prestígio social. A ascensão desses últimos seria muito distinta dos pequenos e não proprietários para que fosse possível uma comparação. A partir dessa escolha é possível analisar as chances de ascensão daqueles que começaram a construir seu espólio antes da década de 1830.

Foram pesquisados, no total, 20 inventários de pessoas relacionadas como pardas nas Listas de Habitantes de 1801 ou de 1829.<sup>10</sup> Oito inventários de mulheres e doze de homens fornecem uma pequena amostra de como poderia ser o acúmulo e estratégias de sobrevivência. De todos os inventários, apenas três pessoas não possuíam imóvel, seja esse um pedaço de terreno a uma

---

<sup>8</sup> Idem, p.90-92.

<sup>9</sup> Idem, p.128.

<sup>10</sup> Arquivo Edgard Leuenroth, Lista de Habitantes de Campinas, 1801 e 1829.



elaborada morada de casas e apenas cinco possuíam escravos para ser inventariados. Outras três pessoas inventariadas possuíram escravos em algum momento anterior ao inventário e, ou os libertaram em testamento ou venderam antes de morrer. O diminuto número de pessoas que conseguiram manter seus escravos pode evidenciar as dificuldades em se comprar um escravo ou mantê-lo durante a vida.

As famílias que conseguiram acumular algum pecúlio não puderam garantir que seus descendentes o mantivesse e, em muitos casos, viram suas economias se esvaírem à medida que os anos passavam. Acredito que as possibilidades de obter ascensão social e financeira, principalmente, para os descendentes de escravos e suas gerações seguintes, foram decaindo ao decorrer do século.

Será comparado o nível de acúmulo de bens, a ascensão social, as estratégias que foram traçadas e as decisões tomadas por esses indivíduos ao longo dos anos. Quando a comparação entre gerações é feita, é possível perceber as diferentes dificuldades que cada indivíduo enfrentou em momentos distintos e como esses obstáculos interferiram diretamente em suas jornadas. Mais precisamente, a análise se centrará em como as mudanças de uma cidade em crescimento populacional, com concentração de posse de escravos cada vez mais intensa, interferiram nas possibilidades de ascensão e sustento das famílias.

Nas três famílias analisadas, não se percebeu nenhum padrão de acúmulo maior do que o encontrado na primeira geração. A situação mais favorável foi de manutenção parcial dos bens.

A primeira família a ser analisada tem como seu primeiro registro a liberta Brígida Leite e foi possível traçar seus descendentes até a suas bisnetas. O inventário de Brígida é de 1835 quando encontramos suas filhas já adultas enquanto o último documento referente à família data de 1886. A segunda família é a de Úrsula Maria e Francisco Antônio das Chagas cujo inventário é de 1858. Apenas foi possível encontrar seus filhos que não deixaram descendentes. O último inventário dessa família é de 1876. A última família é de Bento Antônio, que morreu e teve seus bens inventariados em 1868 que, diferente dos demais, morava em uma região mais rural da cidade. Serão analisados os inventários de genro de Bento que morreu em 1842 e a trajetória de outro genro que faleceu em 1886.

A amostragem pode parecer pequena, mas através do método da micro-história tenho como objetivo reconstituir as dificuldades encontradas pelos descendentes de escravos e suas gerações e



suas estratégias para subsistir ou quiçá acumular.<sup>11</sup> Ao mesmo tempo em que resgato as trajetórias dessas famílias, pretendo identificar similaridades ou, mesmo um padrão de estratégias, que essas pessoas engendraram em busca de condições melhores de vida em meio a tantas adversidades como: a urbanização da cidade, a alta de impostos e o aumento do valor do preço dos escravos.

É na primeira metade do século que a cidade de Campinas tem um crescimento populacional vultoso. Transforma-se em grande produtora de açúcar e começa a migração. Com o crescimento, a Vila de São Carlos se torna atrativa para comerciantes de outras regiões como Minas Gerais, Rio de Janeiro e, mesmo do exterior. O comércio entrava em profunda transformação e os comerciantes locais perdiam espaços. A agricultura, como vista anteriormente, não era uma atividade estável e segura para muitos dos pequenos proprietários. Sem poder ter um rendimento estável no comércio ou na lavoura, àqueles que não tinha acumulado o bastante, restava ficar à mercê de tomadas de terras constantes, impostos mais altos, e fiscalizações.

Os primeiros anos do século XIX forneceram possibilidades de acúmulo para o grupo aqui estudado. A busca pela terra não era tão intensa como seria no final do mesmo período e ainda maior para a segunda metade do XIX. O comércio não era fiscalizado e havia poucos comerciantes com capital volumoso que poderiam fornecer riscos para os pequenos, em sua maioria, egressos da escravidão.

As possibilidades de ascensão ou mesmo de manutenção dos bens acumulados sofrem uma drástica mudança, principalmente, depois da década de 1850, quando as fiscalizações referentes às Posturas Municipais se tornaram mais intensas. Antes dessa década, em 1845, impostos relativos aos ofícios foram estabelecidos e a cobrança de um registro iniciada. Sapateiros, ferreiros ou qualquer pessoa que exercesse um ofício teria também de pagar um registro como os comerciantes, onerando ainda mais os libertos e seus filhos que encontravam no ofício oportunidade de aumentar a renda.<sup>12</sup>

Em meio à cobrança de impostos, autuações dos fiscais e, principalmente, ao aumento do preço dos escravos, os libertos e seus descendentes traçaram estratégias importantes para subsistir. Manter-se próximo à família parece ter sido muito importante para a manutenção da subsistência e, principalmente, na economia na compra de um imóvel. Construir uma morada nas terras dos pais,

---

<sup>11</sup> REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p38.

<sup>12</sup> Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Acervo Histórico, Caixa 271, ID: 10567, página 05.



ou levantar uma casinha para a mãe já idosa parecem ter sido padrões que essas famílias mantinham.

Morar perto parece ter sido crucial para a manutenção da renda familiar e da ajuda mútua. Em 1835, Brígida Leite faleceu e uma de suas filhas iniciou seu inventário. Brígida tinha três filhas, sendo uma Bernardina que era ainda escrava.<sup>13</sup> Por ter ainda uma filha cativa, certamente, Brígida era liberta, assim como suas outras duas filhas. Como Bernardina era a mais nova das irmãs, pode-se inferir que não nasceram de ventre livre.

As irmãs moravam próximas à mãe. Na Lista de Habitantes de 1829, encontram-se Brígida Leite no fogo 121, sua filha Gertrudes morando com o marido no fogo 120, e Thereza Maria também casada no fogo 122.<sup>14</sup> Todos, incluindo os cônjuges, são listados como pardos. Bernardina, no entanto, não consta na Lista. No início do inventário, morava em companhia de sua senhora Theodora de Tal, mas no decorrer do processo, sua irmã Gertrudes declarou que Bernardina passou a morar em sua casa, no fogo 120.

Gertrudes e sua mãe, provavelmente, viviam no mesmo terreno, porém em duas casas distintas, como será visto mais adiante. Na avaliação de bens do inventário, constavam algumas madeiras para a melhoria da casa e alguns ferros, já o terreno é descrito como “do falecido Anacleto”, esposo da inventariante Gertrudes. A casa não é listada nos bens de Brígida, mas um pequeno terreno é inventariado. Brígida pode ter comprado em conjunto com sua filha Gertrudes materiais para arrumarem as casinhas que havia no terreno.

Gertrudes, seu marido e Brígida compartilhavam o mesmo terreno e as melhorias deste. Para esta última, qualquer ajuda poderia ser indispensável. Não possuía muitos móveis, além de um catre velho, uma mesa e um oratório, suas roupas e joias não foram listadas, pois, certamente, não as possuía. Tinha um tear de seda, fios, ferros para engomar. Vivia de costurar, poderia vender tecidos ou fazer roupas e também poderia lavar roupas para fora.

Não conseguiu acumular muito além do pequeno terreno vizinho a sua filha. Apesar de ser em uma área boa para o comércio e para os serviços, na qual se concentravam muitos comerciantes, lavadeiras e botequins, esse terreno não valia muito mais que 55\$000. Todos os trastes juntos não alcançavam a quantia de 25\$000. As despesas com seu enterro e com o médico que lhe atendeu

---

<sup>13</sup> Centro de Memória da Unicamp, Tribunal de Justiça de Campinas, Autora: Gertrudes Mello, Ré: Brígida Leite Almeida, Ação: Inventário, Ano: 1835, Of:1º P:1210.

<sup>14</sup> AEL, Lista de Habitantes de 1829, p. 261.



totalizaram 10\$560 e foram pagas pela sua filha Gertrudes. Não tinha dinheiro a receber e tirando os gastos em seus últimos dias, não deixou dívidas.

Para uma mulher como Brígida que quase não tinha como acumular bens e aumentar sua renda, ter suas filhas morando perto, juntamente com seus maridos foi de grande importância. Gertrudes ajudou na melhoria do terreno e arrumou a casinha em que Brígida morava. Conseguiu pagar por cuidados médico para sua mãe e lhe deu um enterro que a renda desta última não poderia custear.

Depois da morte da mãe, abrigou sua irmã Bernardina. Esta ainda buscava maneiras de alcançar sua liberdade. Poderia estar juntando pecúlio para tentar comprar sua alforria, pois, foi a primeira a negociar a parte no terreno de sua mãe. Um dos vizinhos, Claudino, se interessou pela compra da parte das herdeiras, pois, o pedaço que tinha sob sua posse era muito pequeno e gostaria de adquirir as partes de suas vizinhas em hasta pública. E, antes do terreno ir à leilão, Bernardina vendeu sua parte para Claudino.

Busquei em todos os inventários de Teodora e registros de cartas de alforria, mas Bernardina não foi localizada. Nem mesmo no inventário de sua irmã é citada. Não há processos, inventário em seu nome, obrigando essa pesquisa a seguir os rastros deixados por Gertrudes.

Gertrudes conseguiu, apesar das mudanças na cidade, manter-se em sua propriedade. Como não há informações sobre a ocupação de Gertrudes, só nos resta inferir que a atividade de tropeiro de seu marido pode ter contribuído muito para sua permanência na região central da cidade. Um homem da mesma profissão, branco, poderia ganhar anualmente de 50 a 100\$000.<sup>15</sup> Infelizmente, o inventário de seu marido Anacleto não pode ser encontrado. Foi perdido na transferência do acervo do cartório para o Centro de Memória da Unicamp.<sup>16</sup>

Entretanto, não seria impossível que Gertrudes tenha exercido alguma função no comércio. Sua irmã e vizinha, Thereza Maria registrou sua venda seca por alguns anos.<sup>17</sup> Para Gertrudes, abrir uma pequena venda poderia ser ainda mais fácil e lucrativo, já que seu marido poderia trazer produtos dos destinos que frequentava. Compraria a preços mais baixos do que outras comerciantes da cidade que encomendavam mercadorias para grandes negociantes trazerem de Santos. Seu

<sup>15</sup> AEL, LHC 1836, p.53 e p.111. Cf: Renda.

<sup>16</sup> CMU, TJC, Autora: Gertrudes Mello, Réu: Anacleto Silva, Ação: Inventário, Ano: 1835, Of:3º P:6672.

<sup>17</sup> ACMC, Livro de Licença para Comerciantes, Ano de 1830, p.95v.



inventário não avalia bens, exceto sua propriedade, deixando muitas dúvidas sobre o que acumulou durante sua vida.

Já era viúva quando sua mãe morreu, mas ainda assim conseguiu pagar as dívidas do enterro e do cirurgião. Através do inventário de sua filha Eufrosina, é possível afirmar que os bens de raiz avaliados com a morte de Anacleto, esposo de Gertrudes, constituíam-se em duas casas. Como era herdeira também de parte dos bens de Anacleto, o inventário de Eufrosina contou com um pedaço do inventário de seu pai. Uma das casas foi morada de Gertrudes, a maior. Tinha três janelas e uma porta, era coberta de telhas e possuía um quintal com árvores de guarantã, de “valiosa madeira”, como foi listada. A outra era bem menor, não tinha assoalho, era mais simples e ficava no mesmo terreno em que Gertrudes morou, já que tinha os mesmos vizinhos.

Provavelmente, essa pequena casa poderia ter abrigado a sua mãe na velhice e sua irmã, depois que ficou órfã. Gertrudes e Anacleto conseguiram manter sob seus cuidados Brígida e a filha desta, Bernardina. Não deve ter sido muito fácil para Brígida comprar sua alforria e, possivelmente, contribuído com as de suas outras filhas. Suas economias, assim como de suas meninas, devem ter sido direcionadas para a compra da liberdade, pois Brígida, no final de sua vida não conseguiu nem erguer uma casa. Possuía um terreno, mas a casa em que morava era de seu genro Anacleto.

O fato de Bernardina vender tão prontamente sua parte no terreno de sua mãe pode evidenciar sua urgência em comprar sua alforria. Se assim o fosse, sua mãe também poderia destinar parte de seus proventos como costureira para essa aquisição. Brígida, portanto, cuja renda já era pequena, poderia ainda mais ficar dependente de Gertrudes, ao ajudar sua filha cativa. Bernardina vivia entre ir e voltar de Capivary, aonde sua senhora morava, talvez para manter assim os laços com suas irmãs e mãe. Essas constantes visitas e hospedagens de Bernardina podem demonstrar que, de alguma forma, precisava de sua família e contava com a ajuda deles.

Brígida, ao se tornar livre, não encontrou as mesmas possibilidades que suas filhas encontraram na Vila de São Carlos. Adoeceu e morreu quando a cidade começava a crescer e se tornar um espaço favorável aos prestadores de serviços. Thereza Maria de Jesus, sua outra filha, também moradora na vizinhança se arriscava em ter uma venda de produtos secos. Para além, era casada com um carpinteiro e Gertrudes com um tropeiro. Ambas filhas de Brígida tinham por volta de 30 anos, no ano de 1829, e encontraram uma cidade favorável aos pequenos comerciantes e aos prestadores de serviço, como Anacleto e Francisco, seus esposos.



Para as mulheres egressas da escravidão ou para aquelas recém-chegadas na Vila, o casamento, seja oficial, ou apenas morar junto, poderia ter uma importância fundamental. Casar não era apenas uma união de rendas, mas também de redes de solidariedades. A união poderia agregar um maior número de pessoas dispostas a se ajudarem mutuamente. Assim foi o que aconteceu com Gertrudes, que ao casar com Anacleto, trouxe-o para sua família.

Brígida, por outro lado, teve de sustentar suas filhas sozinhas, o que deve ter pesado em seu orçamento, fazendo com que seu acúmulo fosse menor do que se pudesse contar com a ajuda de um parceiro. Suas filhas, no entanto, ao se casarem encontraram a possibilidade de dividir os problemas familiares e também as despesas.

Gertrudes, já velha e viúva, deixou em seu testamento as suas terras e casas para suas duas netas Maria e Ana Francisca. Apesar de o inventariante não conseguir cumprir esse pedido de Gertrudes, uma maior parte é destinada às netas. Qual seria o motivo que levaria a avó a deixar o bem mais valioso para apenas as duas? O testamento de Gertrudes é bem sucinto devido, muito possivelmente, à urgência que sua avançada idade, mais de 90 anos, exigiu naqueles dias anteriores ao seu falecimento. Essa fonte, portanto, não forneceu uma explicação direta, mas a relação de herdeiros no inventário forneceu pistas.

Gertrudes teve quatro filhos e apenas dois estavam vivos durante o inventário, Joaquim e Maria Thereza. Dos quatro netos por parte da filha falecida Antônia, apenas um morava na cidade de Campinas. Já Ana e Maria, filhas da falecida Eufrosina, moravam na mesma casa que sua avó. Quando a mãe Eufrosina estava viva, também moravam juntas, todas elas. No inventário de Mariano, o bem de raiz avaliado é uma parte das duas casas de Gertrudes.<sup>18</sup> Não há citações de aluguéis a serem pagos ou que morassem em outra casa. Há, porém, um requerimento de Eufrosina pedindo para por em arrematação todos os bens afim de conseguir dinheiro para pagar pela casa de Gertrudes e desta maneira, elas e suas filhas não terem necessidade de morar na rua.

Mesmo quando o marido de Eufrosina estava vivo, as três compartilhavam a mesma casa com a avó. Mariano de Oliveira Bueno, pai das meninas, era tropeiro e vivia sem uma casa fixa. Seus cavalos eram divididos entre os outros tropeiros que trabalhavam com ele, inclusive um irmão

---

<sup>18</sup> CMU, TJC, Autora: Eufrosina Maria das Dores, Réu: Mariano Oliveira Bueno, Ação: Inventário, Ano: 1861, Of:3º P:6939.



cujo nome não foi possível descobrir. Os animais não ficavam na casa de Gertrudes, porque, provavelmente, o terreno não era tão grande para abrigá-los.

Eufrosina e Mariano devem ter pensado em construir uma casa. Tinham renda para tal, pois quando Mariano faleceu, algumas de suas contas a pagar eram de roupas e artigos de casa que havia feito em dois armazéns da cidade. Essas contas totalizavam um pouco mais de um conto de réis, valor maior do que a casa que Gertrudes morava. Gastavam em roupas, bonecas, enfeites, fazendas, sapatos, mas não compraram uma moradia. Acredito o casal preferiu investir em conforto, roupas que poderiam trazer um status diferente para as meninas, cortes e linhas usados na costura para venda, como também em animais que facilitariam a vida de Mariano, ao invés de comprar uma morada. Escolheram se manter junto à sogra como uma maneira de se manter na rede de solidariedade.

Vale lembrar que Gertrudes morava em uma região muito habitada, na Rua da Matriz Nova e de alta concentração populacional. Conseguir uma casa nessa área poderia ser um pouco mais caro e mais difícil. Por outro lado, comprar uma casa mais longe não seria bom para Eufrosina, pois esta perderia a ajuda da mãe e da tia Thereza. As duas poderiam ajudar nos cuidados das crianças. E parece ter sido essa última a decisão que Eufrosina e seu marido tomaram.

Para Eufrosina, morar com a mãe e manter esse laço mais estável tornaria possível a sua subsistência depois da morte de seu marido. Boa parte da renda vinha do trabalho de seu marido como tropeiro e, a partir de sua morte, com o acúmulo de dívidas feitas, a ajuda vinda de sua mãe tornou-se ainda mais preciosa. Não há registros de Eufrosina no comércio em nenhum ano e não constou, em seu inventário, nada a receber.

Permanecer perto de sua mãe, tias e irmãs pode ter sido elemento fundamental na trajetória de Eufrosina. Sua irmã também morava perto e a convivência era diária a ponto de seus respectivos maridos conseguirem um dia brigarem. Se a filha de Gertrudes tivesse se estabelecido em uma área mais afastada, provavelmente, perto de uma estrada para facilitar o cotidiano de seu marido, teria ficado isolada após a morte desse.

Com as dívidas e mais duas meninas para serem criadas, Eufrosina poderia ter caído em uma pobreza da qual não seria fácil a recuperação e, ainda ter perdido a tutela de suas filhas. Como aconteceu com Maria Teresa de Jesus, comerciante parda da cidade, já não tinha a tutela de seu



filho e, em 1851, o viu sendo tratado como escravo, sofrendo açoites constantes de seu tutor, porém sem renda alguma, nada pode fazer por seu filho.<sup>19</sup>

Entretanto, ao se estabelecer na casa de sua mãe, ajudar esta última na velhice e ser ajudada nos cuidados de suas filhas, Eufrosina construiu e manteve uma rede de solidariedade que a colocou em um patamar econômico melhor do que se estivesse sozinha.

Apesar de não ter construído sua própria casa, terminou sua vida morando com sua mãe e com suas filhas donas parciais da casa da avó. Com as dívidas deixadas pelo marido, se Eufrosina e Mariano tivessem comprado uma casa, esta teria ido à leilão, fazendo com que tivesse que morar com sua mãe. Sem gastar com a propriedade, por outro lado, Eufrosina pode investir em roupas e um pouco mais em conforto para as suas filhas e mãe.

Para Gertrudes, hospedar a família de sua filha não deveria ser um problema e poderia significar uma fonte extra de renda no domicílio. Mariano possuía ferros de carpinteiro, mas não exercia tal função. Contratava um escravo para trabalhar na casa da sua sogra. O terreno de Gertrudes tinha uma porção de árvores, não se sabe quantas ao certo, de alta qualidade para fazer estruturas de casa, telhados, pontes. Essas árvores, garantãs, certamente eram arrancadas e vendidas para aumentar a renda do domicílio.

Esse era um costume que parece ter sido comum entre aqueles que sabiam cortar árvores ou podiam pagar por alguém para fazê-lo. O marido de Mariana dos Prazeres, Antônio da Conceição, além de ter uma pequena venda que também era botequim, cortava e “rolava madeira”.<sup>20</sup> Se disponível a madeira, corta-la poderia ser uma fonte de renda. Mariano aproveitou a madeira disponível no terreno e resolveu investir no trabalho de um escravo para fazê-lo.

Aqui, percebe-se que as gerações tem uma relação de interdependência muito intensa. De Brígida a Eufrosina, até Maria e Ana Francisca são quatro gerações de mulheres que ocuparam o mesmo terreno, a mesma casa e que dependiam uma das outras, se estivessem na velhice ou, mesmo, quando moça. Fundamental para que nenhuma geração caísse na pobreza era a casa que Gertrudes construiu com seu marido e que pode abrigar a todas. A proximidade parece ter sido imprescindível para a formação das redes de solidariedade.

<sup>19</sup> AEL, Auto de Crimes de São Paulo, Interior, Campinas, 1851, MR:0165. Cf: ACMC, Livro de Licenças, 1836,1838, 1848.

<sup>20</sup> CMU, TJC, Autor: Antônio José Conceição, Réu: Lourenço Bento Lima, Ação: Sumaria, Ano: 1808, Of:1º P:00106.



A trajetória de Ana Brito pode nos ajudar a entender que estar próximo poderia ser fundamental para manter a subsistência e conseguir alguma ascensão. A distância que Ana manteve de sua família prejudicou muito sua trajetória se comparada a de suas irmãs que permaneceram morando no bairros no qual grande parte dos familiares morava.

Quando Ana veio para a Vila de São Carlos, se estabelece perto de sua mãe, mas essa vizinhança pouco durou. Sua mãe e seu padrasto são retirados da terra através de uma manobra de Inácio Cardoso. Ana permanece por mais de trinta anos nessas terras que ela apossou sem ter nenhum problema, até que tenta vendê-las. Já estava com quase 70 anos em 1829 e, seus filhos, crescidos, tinham montados outros domicílios. Vender a terra poderia garantir uma vida mais estável nesses anos que lhe restavam, mas é impedida, pois, logo que põe à venda, Inácio que aplicou o golpe no padrasto de Ana, tomou-lhe também suas terras.

Quando Ana se instalou na Vila de São Carlos, tinha apenas três filhos com idade para a lavoura e outros seis muito pequenos para ajudar. Seu filho mais velho, Furtuoso, rapidamente, montou outro domicílio com uma mulher, tornando ainda menor o número de mãos que poderiam cultivar ao lado de Ana.<sup>21</sup>

Berkner afirma que manter os filhos morando no fogo é uma das medidas para se assegurar uma velhice mais estável. Em um estudo sobre a Europa Ocidental, o autor, através de contratos firmados entre pais e filhos, conclui que era muito comum os pais continuarem na propriedade, mas sem interferirem no funcionamento desta. O filho mais velho seria responsável, juntamente com sua esposa e filhos, do cultivo de alimentos principais e do fornecimento de uma quantia desses para seus pais. Estes últimos poderiam se quiser manter uma pequena horta também, mas não mais seriam os donos da propriedade. Desta maneira, tanto os pais como o filho conquistariam seus interesses. O filho poderia se dedicar à lavoura sem ter que procurar outra propriedade e os pais teriam uma alimentação mínima garantida.<sup>22</sup>

Furtuoso, quando chega à Vila tem 20 anos, deve ter percebido que a posse que a mãe tinha feito era tão instável quanto a de sua avó Rita.<sup>23</sup> Não deveria ser compensatório esperar mais alguns anos ou década para morar em uma propriedade que poderia ser grilada ou tomada. Decide, então,

---

<sup>21</sup> AEL, LHC 1816, fogo 109.

<sup>22</sup> Berkner, Lutz "The stem family and the development cycle of the peasant household: na eighteenth-century Austrian example" *The American Historical Review*, vol.77, nº2 (Apr., 1972), p.401.

<sup>23</sup> AEL, LHC 1801, fogo 250.



fazer a sua posse e Ana fica apenas com duas pessoas para ajudar-lhe a cultivar seu sítio. A mão de obra que poderia vir de seus familiares estava em outro bairro.

Entretanto, mais representativo do que a saída de Furtuoso de casa, é o local escolhido pelo filho de Ana para iniciar a sua vida. Ele faz a posse perto das tias, dos primos e da avó, em uma terra longe da sua mãe. Para Furtuoso, estar perto das tias, primos poderia trazer mais benefícios do que morar perto de sua mãe. Não acredito que ele tenha feito cálculos sobre o quão vantajoso seria. Simplesmente, um jovem, novo na cidade, que vai construir sua morada precisa de ajuda para tombar madeiras, levantar paredes de taipa, fazer buracos para evitar que os animais comam suas plantações.<sup>24</sup> E apenas a sua mãe não poderia ajudar.

Morar perto de seus parentes poderia trazer braços para ajudar nessa empreitada que se iniciava. Não só de força se constrói uma lavoura. É necessário ferramentas. Machados e enxadas para iniciar a queda da mata e a plantação. Furtuoso poderia pegar emprestado de seus primos ou do seu tio Pedro. Empréstimos de ferramentas e animais eram muito comuns. Os inventários trazem essa dinâmica intensa de uso de ferramentas. No inventário da tia de Furtuoso, Apolinária, consta que algumas ferramentas estão espalhadas entre os membros da família.<sup>25</sup> Genoveva, filha de Apolinária, e Antônio Pires, neto, estavam em posse de um machado de derrubar porcos e uma enxada respectivamente. Esses empréstimos podem ter sido fundamental para Furtuoso iniciar sua lavoura.

Para além, seu tio Pedro Nunes já havia produzido bastante e tinha costume de vender em Itu. Morar perto dele poderia fazer com que a entrada nessa nova atividade fosse menos repleta de obstáculos.

Quando Ignácio tomou as terras de Rita, mãe de Ana, acabou por distanciar esta última do restante da família. Moradora de uma região distante de outros parentes na cidade, a ajuda na lavoura, o empréstimo de ferramentas ou animais deve ter se tornado bem mais escasso do que o encontrado na família de Pedro Ribeiro. Vale lembrar que este último emprestava a seu cunhado e a sua irmã suas ferramentas e animais, porém, todos moravam no mesmo bairro.

Não quero dizer que Ana não estava mais na rede de solidariedade ou que estava completamente isolada. O que pretendo provar é, uma vez sendo sua mãe expulsa das terras, Ana

<sup>24</sup> CMU, TJC, Autor: Jose Leonardo Pereira, Réu: Angelo Alves Assumpção, Ação: Libelo Cível, Ano:1824, Of: 1º, P: 00845.

<sup>25</sup> CMU, TJC, Autor: Joaquim Pires Britto, Ré: Apolinária Brito, Ação: Inventário, Ano: 1817, Of:1º P:478



não recebeu ajuda que estaria disponível logo ao seu lado se Rita e seu marido tivessem permanecido em sua posse. Para alguém como Ana, essa ajuda seria imprescindível para a manutenção de sua subsistência e formação de pecúlio. A tomada de terras por Ignácio não só afetou Rita e Narciso, mas alterou todas as possibilidades de ascensão de Ana.

A primeira geração, Rita Veiga, ao ser retirada de sua terra não foi capaz de oferecer possibilidades para que a segunda geração, Ana Britto, fosse inserida na rede de parentesco e de solidariedade. Ana, apesar de ter se mudado para Vila de São Carlos, continuou a ser um elemento periférico. A distância, firmada depois da saída de sua mãe, a falta de compartilhar o dia a dia ou o cultivo, tornaram a trajetória de Ana muito mais repleta de obstáculos que a encontrada pelas suas irmãs.

Ana era o elo mais fraco em uma rede familiar de mais de 63 pessoas que puderam ser nomeadas ou encontradas em outras documentações. Ana não conseguiu acumular bens, apesar de ter durante três décadas lavrado seu pedaço de terra, cultivando milho e feijão. Ana continuava incluída na rede de solidariedade, pois quando 30 anos depois que se instalou em Campinas, seu cunhado Pedro e seu sobrinho, depuseram a seu favor. No momento em que foi despejada, mudou-se para o domicílio de seu filho Furtuoso que a recebeu como agregada.<sup>26</sup> Simplesmente, o fato de morar distante de seus parentes e filhos dificultou que esses a ajudassem com frequência. Ana poderia ter mudado para próximo de seus familiares, assim como fez Furtuoso. No entanto, quando sua mãe e seu filho se mudaram, a pequena agricultora já havia dado início a sua lavoura. Não poderia abandonar seu cultivo, pois se assim o fizesse teria de mudar para casa de algum familiar.

Ainda que as ajudas mútuas fossem esperadas dentro de uma rede de solidariedade, mudar-se com seus oito filhos para casa de outro familiar poderia leva-lo à bancarrota. Se fizesse uma posse na vizinhança de seus familiares, logo que chegou à Vila de São Carlos, iria se tornar dependente de seus familiares, pois o milho que Ana costumava plantar demora em condições ideais, de cinco a seis meses para ser colhido.<sup>27</sup> Teria que depender, junto com seus filhos, por um longo período da ajuda de seus parentes.

---

<sup>26</sup> AEL, LHC 1829, fogo 97, p.316.

<sup>27</sup> ROMEIRO, Adriana. "Os sertões da fome: a história trágica das minas de ouro em fins do século XVII". Saeculum. Revista de História, v. 19, João Pessoa, jul/dez, 2008, p.169.



Para os familiares que viviam perto um dos outros, havia um pouco de segurança e estabilidade. Pedro ajudava às irmãs de Ana e seus filhos quando alguém da família morria, seja pagando por alguma dívida ou pelas custas do funeral.

Diferente de sua irmã Ana, Apolinária e a filha desta última, Gracia, poderiam contar com a ajuda de seus filhos e netos no cultivo da lavoura. Eles moravam perto, ou no mesmo bairro da Boa Vista. Essa ajuda possibilitou que Apolinária, mesmo com idade avançada criasse alguns porcos. Para Ana, essa realidade não foi possível. Mal conseguia manter seus filhos menores e não oferecia condições para que os mais velhos morassem mais perto.

Apolinária deixou para seus herdeiros, o pedaço de terra que cultivou em conjunto com a sua filha Gracia. Apesar de não ter informações exatas se as duas viveram juntas, acredito que seja uma situação provável. No inventário, não há menção alguma sobre matrimônio. Apenas listam os herdeiros, filhos e netos. Até o ano de 1816, na Lista de Habitantes, no domicílio de Antônio Pires não tem como agregada a sua irmã Benta, mas, em 1817, ano do inventário, Benta declara residir junto de seu irmão.<sup>28</sup> Gracia já havia morrido há alguns anos antes da morte de sua mãe Apolinária. Benta, certamente, morava junto com a avó Apolinária, uma vez que foi realocada para a casa do irmão após a morte da última.

O inventário dos bens de Gracia não foi encontrado, o que poderia significar que não fez posse alguma ou não tinha bens para serem inventariados. No entanto, tinha algumas filhas menores, Benta e Cristina. Apolinária, solteira, porém possuidora de ferramentas e de uma criação de porcos poderia ter se tornado um porto seguro para sua filha Gracia e, mais tarde, para suas netas. A possibilidade de terem compartilhado o domicílio, as filhas, as netas e a avó, se torna mais real se pensarmos que, sem essa ajuda, Apolinária não poderia ter dado início ou continuidade a sua criação de porcos.

Apolinária e Ana tiveram trajetórias similares, porém destinos diferentes. Apesar de terem tido filhos, nenhum parceiro pode ser encontrado na documentação. Passaram boa parte de suas vidas, se dedicando à agricultura de milho e, esperando um excedente para ser vendido. Apesar das similaridades, Apolinária conseguiu acumular mais que sua irmã Ana. Ferramentas, posses e mais do que a material, recebia ajuda constante de seus parentes. Conseguiu manter algum dos seus filhos e netos perto e dispostos a ajudá-la foi essencial para acumular e manter sua subsistência.

---

<sup>28</sup> AEL, LHC 1816, fogo 143, p. 1377.



Uma vez garantida a estabilidade da propriedade, essas mulheres puderam buscar renda, seja no corte das árvores, na criação de porcos, na manutenção de pequenas vendas ou costurando para fora. Assim o fez Apolinária, com a ajuda de seus parentes, criando porcos e Eufrosina, neta de Brígida Leite, dedicando-se à costura. Seguiu a atividade de sua avó e comprava muitos panos, botões, fios e riscados de vestidos e calças em uma proporção maior do que a necessidade de sua família. Deve ter costurado para fora durante a vida e aumentado um pouco mais a renda que compartilhava com sua mãe.

Gertrudes conseguiu ajudar sua mãe, sua filha e suas netas durante a vida. Ao lado de seu marido, conseguiu comprar um pequeno terreno e construir duas moradas de casas que serviram de abrigo para três diferentes gerações da família. Gertrudes encontrou uma cidade que crescia muito, mas ainda não possuía um comércio formalizado, de portas adentro, e impostos, cobranças e multas. Seu marido, como tropeiro, pode se colocar como um importante mediador do comércio que crescia e ainda não era onerado. Se Gertrudes foi uma costureira, como suas compras demonstram, encontrou diversas clientes para comprar suas roupas. A partir da década de 1870, Lapa afirma que a cidade enriquecia e se urbanizava ao mesmo tempo em que exigia lojas de roupas e importados.<sup>29</sup> Eufrosina, filha de Gertrudes, não conseguiu estabelecer-se como costureira, possivelmente, porque o comércio local formalizado lhe arrancava as clientes.

A família de Brígida não conseguiu comprar um escravo durante as três gerações analisadas. Apenas Gertrudes conseguiu construir sua morada de casas e esse espólio passou por sua filha e suas netas. O imóvel parece ter sido mais recorrente do que o escravo para as famílias de libertos e pardos mais pobres, como a amostragem dos inventários forneceu. Mesmo aqueles que compraram cativos, faziam a aquisição após a compra de uma casa ou terreno, ou preferiam vender o escravo ao imóvel, caso estivessem endividados. Mariana dos Prazeres, comerciante e dona de botequim, teve uma escrava durante a vida, mas esta não permaneceu na família por muitos anos. Foi vendida um pouco antes da morte de seu marido, como afirmam alguns parentes. Os imóveis, no entanto, foram mantidos.<sup>30</sup>

O mesmo padrão foi encontrado na família que morava na mesma rua de Gertrudes. Francisco Antônio das Chagas e Ursula Maria aparecem na Lista de Habitantes de 1829, como

---

<sup>29</sup> AEL, LHC 1829, p.429.

<sup>30</sup> CMU, TJC, Autor: José Simão Almeida, Ré: Mariana Prazeres, Ação: Inventário, Ano: 1835, Of:3º P:6670 e Autora: Mariana Prazeres, Réu: Antônio José Conceição, Ação: Inventário, Ano: 1811, Of:1º P:00250.



pardos de 40 e 36 anos respectivamente.<sup>31</sup> Francisco era carpinteiro e Ursula não tem sua profissão descrita. Possuíam um filho de nome Joaquim de 12 anos e um escravo de nome João, de oito anos. Foram listados na 7ª Cia a qual era considerada parte central da vila.<sup>32</sup> Faltava ainda sua filha mais velha que não foi listadas no ano de 1829, Anna Francisca, que deveria ter por volta de 17 anos. Provavelmente já tinha se casado com Antônio Proença e deixado a casa dos pais.

Moravam na mesma rua em que a Gertrudes morou durante toda a vida. A Rua da Matriz Nova ou, como depois ficou conhecida, Regente Feijó era uma rua de intensa movimentação. Possuía cortiços e botequins e funcionava, como qualquer rua de uma região central, como um ponto de comércio.<sup>33</sup> Ana, no ano de 1858, morava em uma chacinha na rua paralela à de seus pais.

Não encontrei registros de Licença para Comércio em nome de Ursula e Francisco, mas esta ausência não significa que nenhum deles tenha se valido dessa atividade para garantir a subsistência. Carpinteiro, Francisco tinha um jornal que poderia variar até 1\$000 réis, como descrito no inventário de Gertrudes Mello.

Certamente, assim que seu escravo João adquiriu idade para trabalhar se transformou também em fonte de renda. A compra de um escravo ainda criança poderia ser um investimento rentável, pois seu preço era muito mais acessível do que de um adulto e seu valor aumentaria quanto mais chegasse à idade de alta produtividade.

Em 1858, Francisco falece e se procedeu o inventário.<sup>34</sup> Depois de quase três décadas do registro na Lista de Habitantes, o casal conseguiu acumular duas moradas de casa, um terreno e uma chacinha e seu escravo menino, neste momento, já tinha 40 anos e valia mais de dois contos de réis. Os investimentos em um escravo pequeno parecem ter rendido bastante para a família, assim como as ocupações que tiveram durante a vida que possibilitaram comprar alguns terrenos na região mais central da cidade.

É nessa mesma região entre duas ruas - Regente Feijó e das Flores – que a família de Úrsula e Francisco se estabeleceram durante a vida. No terreno, no qual habitavam os pais, estabeleceu-se Joaquim. Este habitou a morada de casas enquanto a sua irmã, a chacinha. A casa na qual Joaquim

---

<sup>31</sup> AEL, LHC 1829, p.429.

<sup>32</sup> TEIXEIRA, Paulo Eduardo. “O processo migratório na formação de Campinas: 1765-1830”, ABEP, Revista Brasileira de Estudos de População, 19(1):75-93, jan./jun. 2002, p.87.

<sup>33</sup> LAPA, Amaral. Os cantos e os antros. p.41.

<sup>34</sup> CMU, TJC, Autora: Ursula Maria Jesus, Réu: Francisco Antônio Chagas, Ação: Inventário, Ano: 1858, Of:1º P:3175.



vivia ficava nas costas da morada de Francisco e de frente para a rua de sua irmã, como descrito no inventário. As duas moradas foram inventariadas como vizinhas.

A família morava perto um dos outros, no máximo, a alguns quarteirões de distância. Essa proximidade deve ter sido essencial, principalmente, para Ana Francisca e, que muito cedo deixou a casa de seus pais para morar com seu marido. Quando seu pai morreu, Ana já não sabia o paradeiro de seu marido há mais de oito anos. No ano de morte de seu pai, Ana já tinha pouco mais de 46 anos e quase nada conseguiu acumular durante a vida. O mesmo aconteceu com seu irmão que ao ser listado como herdeiro informou que sua esposa estava ausente há mais de seis anos.

Para ambos, a ausência deve ter dificultado a manutenção da renda ou mesmo da subsistência, mas para Ana a falta de seu marido poderia ser pior. Com mais 40 anos, Ana não tinha comprado um escravo e não possuía nenhuma propriedade a ponto de, quando sozinha, ter de retornar para a vizinhança de sua família para morar na chacinha de seu pai. Não tinha dinheiro ou bens que pudesse vender para pagar a parte que lhe cabia nas custas do inventário de seu pai.

Não conseguiu se sustentar sozinha e teve de retornar para perto de seus pais e irmão. Na divisão de bens, Ana ficou com a chacinha e mais 535\$670 réis e seu irmão com a casa em que vivia mais um pedaço de terreno. Sua mãe ficou com a morada maior de casa e o escravo João, como havia solicitado durante o inventário.

Francisco, juntamente com Úrsula conseguiu deixar um patrimônio para seus herdeiros no valor de 6:458\$000. Era um patrimônio considerável.<sup>35</sup> Não deixou dívidas para além dos gastos feitos para o enterro. Mas esse patrimônio não foi suficiente para que sua esposa e filhos não precisassem pedir favores ou se endividar.

Para pagar as custas das missas, panos fúnebres e caixão, os herdeiros pediram dinheiro para o Tenente Coronel Pedro Joaquim e até a morte de Úrsula dois anos depois nenhum deles havia quitado a dívida. Úrsula devia ao inventário uma quantia menor do que seus filhos, pois estes últimos já haviam pegado emprestado de seu pai quantias em torno de 30\$000 enquanto estava vivo. Sem dinheiro para pagá-las no inventário de Francisco, Joaquim e Ana passaram a devê-las ao Tenente.

No inventário feito pelo falecimento de Úrsula, em 1860, não constam mais o escravo João e uma parte do terreno em que ela morava.<sup>36</sup> A casa passa a ter sua medida reduzida, assim como seu

<sup>35</sup> OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Op.cit. p.?

<sup>36</sup> CMU, TJC, Autor: Joaquim Francisco Santos, Ré: Ursula Maria Jesus, Ação: Inventário, Ano: 1860, Of:3º P:6912.



valor cai em 500\$000 réis. Úrsula, em um prazo menor de dois anos, deve ter vendido esse pedaço do terreno. Seu escravo pode ter sido libertado ou vendido. De qualquer forma, nesse curto período se desfaz de 2:500\$000 réis e ainda assim continuou a dever as custas do inventário de seu marido ao Tenente e adquiriu mais uma dívida com Manoel Joaquim Moraes no valor de 249\$414.

Joaquim e Ana solicitaram, durante o inventário de sua mãe, o não pagamento das dívidas de Úrsula, alegando que os credores estavam ausentes. Desta maneira, evitariam também, afirmaram os irmãos, que as dívidas incluídas aumentassem as custas dos inventários. Provavelmente, era uma tentativa de evitar que a casa de sua mãe fosse para leilão para pagar as dívidas que totalizavam quase meio conto de réis.

Os irmãos não tiveram dinheiro para arrematar a casa de sua mãe. O imóvel foi à leilão quatro vezes sem nenhum comprador e o valor da casa teve de ser reduzido para que alguém se interessasse. De 1:500\$000 baixou para 1:000\$000.

Pouco mais de 15 anos da morte de Úrsula e Francisco, Joaquim também falece e Ana Francisca se habilita como herdeira.<sup>37</sup> Na lista de bens do inventário, constam apenas a morada de casa na qual Joaquim já moravam quando seu pai era vivo. A casa vizinha de sua mãe valorizou no período de 1858-1876. O terreno juntamente com a casa valiam no primeiro inventário 1:400\$000 e na morte de Joaquim 2:000\$000.

Nesse período as ruas da cidade, da região central, começavam a receber iluminação pública e já contavam com calçamento há alguns anos.<sup>38</sup> Tinham um comércio importante e intenso cujo horário de funcionamento se estendia até à noite. O teatro era poucas quadras de distância e, apesar de, por vezes, não ter o glamour esperado, tornava aquela região desejada pelas classes mais abastadas.

De fato, Ana e Joaquim ainda se desfizeram do bem mais valioso que era a morada de casa que seus pais viveram. Não conseguiram pagar as dívidas e viram esse bem ser leiloado. Nem Ana ou Joaquim conseguiram uma acumulação como seus pais. Conseguiram manter parcialmente os bens que lhe foram negados, mas o porquê de tão pouca mudança no espólio ainda precisa ser explicado.

---

<sup>37</sup> CMU, TJC, Autora: Ana Francisca Jesus, Réu: Joaquim Francisco Santos, Ação: Inventário, Ano: 1876, Of:3º P:6579.

<sup>38</sup> LAPA, Amaral. O cantos e os antros.p.123.



Quando Francisco Antônio das Chagas comprou um único escravo, João menino, ainda encontrou preços muito acessíveis para a compra do primeiro cativo. Quando, por volta de 1845, Joaquim, filho de Úrsula e Francisco, atingiu 30 anos e estava no alto de sua produtividade, encontrou mudanças no preço de escravo que podem ter impossibilitado de comprar seu primeiro cativo.<sup>39</sup> Joaquim deve ter encontrado um momento ruim para comprar seu escravo. E em 1845, aprova-se um novo imposto sobre ofícios na cidade que oneraria ainda mais pessoas como Joaquim e seu pai que era carpinteiros.<sup>40</sup>

Por outro lado, seus pais encontram um mercado propício tanto para a aquisição do primeiro cativo quanto para o desenvolvimento de seu ofício. Francisco e Úrsula compraram um escravo menino, provavelmente, por um preço muito barato e viram seu valor aumentar significativamente ao longo dos anos. Esse escravo poderia ter servido como garantia em empréstimos e, desta maneira, o casal poderia ter investido mais em ferramentas e ganhado jornais do serviço do escravo. Joaquim e Ana não conseguiram nem investir em um escravo menino, pois mal conseguiam se sustentar sozinho tendo que recorrer a pequenos empréstimos de seus pais.

A mesma sorte não teve a família de Bento Antônio Cunha e Bernarda Lima.<sup>41</sup> Esse casal tinha a mesma faixa etária dos outros aqui analisados. Tinham, por volta de 30 anos quando foram listados em 1829. Bento morreu em 1868 e seus bens são divididos por todos os treze herdeiros, entre filhos e netos. Bento tinha sido tropeiro e deixou para seus herdeiros, alguns móveis, 15 animais entre vacas, bois e novilhos, um pedaço de terra com morada, um outro pequeno pedaço, um sítio “denominado Sagrado na estrada velha”, um pedaço de sítio com terras estragadas. As dívidas que foram descritas eram referentes apenas ao enterro.

Seu monte-mor totalizava pouco mais de três contos de réis e deduzida as custas do enterro e do inventário sobrou 2:88\$070 para ser dividido entre os nove filhos e a esposa. Cada filho recebeu em torno de 160\$448. Um dos herdeiros era um liberto, genro de Bento, chamado João Ferreira de Camargo Junior, ou João Francisco de Camargo. Já viúvo João Francisco tinha sido casado com uma das filhas de Bento, Maria, e com ela teve quatro filhos. Todos esses moravam com o pai João.

<sup>39</sup> FLORENTINO, Manolo. “sobre minas, crioulos, e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871”, Tráfico, cativo e liberdade. p.339.

<sup>40</sup> Cf. ALESP, Acervo Histórico, Caixa 271, Código 39, ID: 10567, página 05.

<sup>41</sup> CMU, TJC, Autora: Bernardina Maria Lima, Réu: Bento Antônio Cunha, Ação: Inventário, Ano: 1868, Of:3º P:7099.



Apesar de ser filho de filho de importante senhor de escravo de Campinas e de ter sido libertado por seu pai, João não deve ter tido uma vida diferente de outro liberto, pois no final da vida, já viúvo de um segundo casamento, morou um tempo de aluguel, o qual não conseguiu pagar.<sup>42</sup>

Alugou por 8\$000 uma estalagem no ano de 1870, mas não conseguiu efetuar nenhum pagamento nos dez meses que declarou habitar o lugar. Como não compareceu a nenhuma audiência, expediu-se a ordem de despejo, porém, ao se proceder a retirada, João não estava mais morando lá. Deve ter fugido para não ser obrigado a pagar os dez meses de aluguel mais as custas do processo. Dias antes um dos seus filhos, que estava no estabelecimento, foi perguntado sobre o paradeiro do seu pai e sempre respondia que João estava pela rua.

Depois de quase duas décadas da morte de seu sogro, João se encontrava muito endividado e sem um lugar para morar. Se tinha uma profissão não é possível saber, pois seu inventário, requerido por sua segunda esposa está incompleto.<sup>43</sup> Acredito que não estivesse sozinho, pois um dos seus filhos andava em sua companhia. Morou nessa estalagem, localizada no bairro do Quilombo, no qual boa parte dos herdeiros de Bento se estabeleceu depois da morte deste. É muito provável que os filhos e netos de Bento estivessem em uma situação análoga de João, de precariedade. Ainda que pudessem receber João e ajuda-lo a se levantar, teriam de receber sua nova esposa e mais dois filhos. Essa ajuda poderia endividar outros parentes da família.

Nos inventários e trajetórias analisadas percebe-se que aqueles que compraram escravos e tiveram esse bem inventariado foram as pessoas que conseguiram se estabelecer e aumentar o espólio até 1840. Foram estes: Maria Cândida da Santa Cruz, que faleceu em 1842, Juana Justina, em 1865 com mais de sessenta anos e Francisco Antônio das Chagas, cujos bens foram inventariados em 1858.<sup>44</sup>

Até mesmo aqueles que conseguiram de algum modo ascensão social poderiam sofrer reviravoltas e perder boa parte dos bens que acumularam na vida. Mariana dos Prazeres teve seus bens dissolvidos entre os anos que viveu. Não terminou a vida em carestia, mas os testemunhos de

---

<sup>42</sup> CMU, TJC, Autor: Jose Ramos Amaral Cunha, Réu: João Ferreira Camargo Junior, Ação: Despejo, Ano: 1870, Of:2º P:1308 e CMU, TJC, Autor: Luiz Gonzaga Pinto da Gama, Réu: : João Ferreira Camargo, Ação: Manutenção, Ano: 1881, Of:1º P:4948.

<sup>43</sup> CMU, TJC, Autora: Joana Maria Oliveira, Réu: João Ferreira de Camargo Junior, Ação: Inventário, Ano:1886, Of: 3º, P:7490.

<sup>44</sup> CMU, Livro de Testamento n º161, Maria Cândida da Santa Cruz, Ano:1842, p.62v.



alguns parentes afirmam que já tinha estado melhor. Herdou de sua mãe, Antônia de Tal, uma morada de casa e uma escrava de nome Perpétua. Em seu inventário, Mariana já não possuía Antônia ou outro cativo.

Mesmo aqueles que acumularam bens diversos como Francisco Antônio das Chagas, que tinha três terrenos e Bento da Cunha, viram esses bens serem dissolvidos entre os herdeiros ou parcialmente reduzidos pelas dívidas. Acredito que entre os pardos que conseguiram deixar bens existiram muitos como Mariana dos Prazeres que não conseguiu manter sua escrava por muito tempo. Novamente, o bem imóvel, principalmente a casa em que se mora, aparece como bem mais estável que se transfere entre as gerações. Os escravos e os pedaços de terra, pequenos caminhos ou até pequenos sítios seriam vendidos para a manutenção da subsistência ou para o investimento em um botequim, por exemplo. Pode-se explicar esse padrão pelo fato dos escravos não viverem tanto tempo para serem passados de geração em geração.

No entanto, acredito que haja outra explicação referente à manutenção da mão de obra escrava. Para esses pequenos senhores, às vezes senhores de um só cativo, manter seu escravo sem que ele fugisse poderia ser uma tarefa difícil. Uma das maneiras para manter seu patrimônio sob seu poder, seria prometer a alforria, fosse por morte, por tempo de serviço.

Os pequenos senhores alforriariam mais para evitar que sua pequena escravaria e, o escravo poderia esperar por uma liberdade, sem os perigos decorrentes de uma fuga. Joana Justina, ao deixar seu testamento, alforriou seu escravo de 14 anos. Para Joana, que já tinha pouco mais de 60 anos, oferecer a alforria para um escravo, era um incentivo para que ele não fugisse, assim não correria o risco de perder seu investimento ou gastar ainda mais mandando alguém captura-lo.

As chances de comprar um escravo diminuiriam à medida que o século XIX passava. Para as gerações que não conseguiram comprar seu cativo, a cidade de Campinas não fornecia condições favoráveis para uma subsistência segura e estável. Os impostos subiram, as fiscalizações se tornaram constantes e direcionadas para os setores mais pobres e, principalmente, que enriqueciam. Com o enriquecimento e urbanização, os setores mais pobres foram vistos como um problema no caminho da cidade que crescia.

Acredito que as três famílias aqui analisadas constituem uma exceção se comparadas à população de pardos que compôs a cidade de Campinas. A maioria deles não conseguiu ter bens inventariados, provavelmente, porque possuíam um pequeno espólio ou talvez porque as custas de um inventário poderia dissolver o que acumularam antes. A maioria viu as possibilidades de



ascensão diminuir à medida que o século passava, assim como os bens que herdaram de seus pais ou avós. Dissolveram-se ao longo das décadas.

### *Bibliografia*

Berkner, Lutz. The stem family and the development cycle of the peasant household: na eighteenth-century Austrian example, *The American Historical Review*, vol.77, n°2 (Apr., 1972).

FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp.331-366.

FRANK, Zephyr. *Dutra's World: Wealth and Family in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.

LAPA, Amaral. *Os Cantos e os antros: Campinas: 1850-1900*. São Paulo: Editora da Usp; Campinas Editora da UNICAMP, 2008.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização, São Paulo 1850-1900*. Ed. Alameda, 2005.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: e experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROMEIRO, Adriana. Os sertões da fome: a história trágica das minas de ouro em fins do século XVII. *Saeculum. Revista de História*, v. 19, João Pessoa, jul/dez, 2008.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. O processo migratório na formação de Campinas: 1765-1830, ABEP, *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19(1):75-93, jan./jun. 2002.

